



NARRATIVA EDUCACIONAL: OS IMPACTOS DA IMPLEMENTAÇÃO DE UMA SISTEMÁTICA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL

Rosely Maria Morais de Lima Frazão¹

RESUMO: A experiência educacional aqui descrita amparou-se legal e pedagogicamente em trajetórias socioeducacionais, documentos normativos como o Referencial Curricular de Alagoas (2019), a Base Nacional Comum Curricular (2017) e a Resolução CNE/CEB nº 7, em paralelo à leitura de (re)concepções teórico-práticas a partir do ápice da pandemia do Covid-19 como Mercado et al. (2021), para apresentar os impactos gerados e geridos na implantação de uma sistemática de acompanhamento e avaliação no ensino fundamental que tem como objetivo o compromisso com o desenvolvimento pleno dos estudantes, identificando e acolhendo a recomposição dos processos de ensino e aprendizagem para além de notas, médias, critérios e méritos, Assim sendo, por meio da narrativa de duas profissionais envolvidas nesta construção linear e sistematizada, o presente texto socializa o ponto de partida, o *check-list* das etapas, o ciclo de retroalimentação documental e o mapeamento dos impactos observados e registrados a fim de propor reflexões e práticas documentais que acolham as pluralidades e as especificidades de cada localidade, dialogando com seu público, comunidade, tempo e adversidades que os descreve e representa, promovendo seguridade e inovação nos contextos educacionais, sobretudo nos que tem em seu bojo a consolidação da legislação que, e demanda aos seus partícipes olhares presentes, mãos crentes, pés urgentes, mentes, sementes e movimentos crescentes.

PALAVRAS-CHAVE: Narrativa educacional; Documentação; Avaliação; Acompanhamento; Pandemia.

INTRODUÇÃO

Descrever a rotina educacional em todas as suas frentes e desdobramentos é uma tarefa complexa e desafiadora, sobretudo após a vivência de uma pandemia que apartou pessoas, isolou espaços e descortinou lacunas historicamente parasitárias do processo socioeducacional até àquele momento experienciado.

Diante disso, indicamos aqui como ponto de partida a (re)visita conceitual, atitudinal e procedimental, protagonista da edição de saberes e práticas propositivas à continuidade dos processos educacionais. Nesse cenário, é salutar compreender que o processo de ensino e

¹ Pedagoga. Coordenadora pedagógica do Colégio SS. Sacramento. E-mail: roselyfrazao3@gmail.com



III Simpósio Nacional de Educação e Inspeção Educacional

“Políticas públicas face à legislação educacional”

Maceió-AL

13 e 14 de dezembro de 2022

aprendizagem historicamente organizado legal e documentalmente em quadros, números e pareceres, demanda agora informações suplementares e complementares ao diagnóstico, identificação e conseqüente proposição e projeção singular de desenvolvimento pleno a partir da definição normativa preconizada pela Base Nacional Comum Curricular (2017, p.7) a fixar “(...) conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver (...) e tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE)”.

Assim, uma série de conjunturas, planos, vivências, experiências e desdobramentos devem ser consideradas e capilarizadas para (re)construção das sequências, trilhas e/ou projetos (re)desenhados para a vigência do ano letivo que, do planejamento ao boletim, culturalmente tendem a vislumbrar o fim, ou seja, o rendimento de cada estudante, descrevendo-os apenas em resultados mensuráveis - numéricos e/ou conceituais.

Destarte, ao projetar resultados, a vertente avaliativa torna-se o carro-chefe da caminhada, porém é salutar compreender toda a esfera educacional composta, em suas consignas, critérios e cargas, à luz da dinâmica impressa no chão da escola. Dito isso, ao atentar para a concepção de avaliação apresentada no Referencial Curricular de Alagoas (2019):

A avaliação definida pelo Referencial Curricular de Alagoas é entendida como processo contínuo de apropriação, construção e reconstrução da aprendizagem, como ação educativa e se dará de forma contínua e cumulativa (...). A avaliação em Educação Integral é sobretudo uma avaliação processual, muito mais do que uma avaliação de resultados. Uma vez que o ponto de partida é a singularidade de cada estudante (...). (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE ALAGOAS, 2019)

É basilar (re)pensar o ciclo de informação, construção e retroalimentação evidencial no sentido de mapear os resultados observados e registrados para além das notas e médias, à serviço da proposição de reflexões e práticas documentais que acolham de modo múltiplo e linear o todo o processo de desenvolvimento das habilidades consolidadas a partir das interações com os objetos de conhecimento, inclusive as ocorrências de entaves, resistências, conquistas e protagonismos.



A IMPLEMENTAÇÃO DE UMA SISTEMÁTICA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Ao refletir sobre os termos: educação básica e ensino fundamental, parece imperioso tutelar, qualificar e promover movimentos frutíferos neste recorte formativo, pois sem base não há arte nem tampouco se alcança qualquer parte.

Sobre isso, a Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010 que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos, aponta de forma clara e objetiva a importância equânime de as instituições escolares brasileiras trabalharem assegurando “(...) o acesso ao conhecimento e aos elementos da cultura imprescindíveis para o seu desenvolvimento pessoal e para a vida em sociedade, (...) independentemente da grande diversidade da população escolar e das demandas sociais.”

Entendido isso, planos, aulas e professores; atividades, recursos, vivências e estudantes; provas, boletins e secretaria se direcionam para um único ponto de convergência intitulado de aprendizagem.

No entanto, o calcorrear trilhado até o início do ano letivo de 2020 parecia ser embalado por um ritmo no qual todos se movimentavam em marcha uníssona, na qual o fôlego, o cansaço, os tênis e até os pisos indicavam pistas para a gestão de uma corrida mais justa e sistematizada, com suporte, suplementos e metas mais substanciais. Até que um impedimento sociossanitário indicou a paralisação do trote e demandou uma nova forma de continuar a corrida. Neste ínterim, rotas, cálculos, GPS, pontos de partida e chegada abraçaram *layouts* e arquétipos na ânsia de propor trajetórias.

Na escola, a transmutação do real para o virtual apegou-se na concretude já experienciada para lançar mão de estratégias e fazeres educacionais que naturalmente percorrem o plano letivo e como medida cautelar e chanceladora perpassam por instrumentos, tempos e espaços avaliadores de toda a narrativa laboral. Sobre isso, Mercado et al. (2021, p. 63) diz que “(...) a avaliação online privilegia a qualificação e aperfeiçoamento dos estudantes, entre outros fatores (...), nesse sentido o lócus escolar deveria propor por tarefa prioritária o desenvolvimento do conhecimento e das habilidades legalmente prescritas, privilegiando a qualidade deste processo.



III Simpósio Nacional de Educação e Inspeção Educacional

“Políticas públicas face à legislação educacional”

Maceió-AL

13 e 14 de dezembro de 2022

Chegado o ano de 2022, a presencialidade retorna como indicativo de experiências e desdobramentos socioeducacionais, mas todo o arcabouço de ideias, pesquisas, descobertas, entraves e resistências oferta para a projeção da educação nacional insumos e rotas propositivas ao *continuum* normativo, ético, político e estético do educar nas terras de além mar.

Assim, o trabalho essencialmente coletivo traçado nos espaços educativos, adquire nesta narrativa experienciada, contornos mais delineados, a fim de entrelaçar os dados gerados nas observações, interações e produções em uma tessitura robusta que apresente para toda a comunidade escolar envolvida o *status* individual e trimestral do desenvolvimento consolidado por meio de descritores registrados em um documento tabular no qual o perfil da turma é apresentado pela psicóloga da escola, ou seja, o contexto no qual o ensino e a aprendizagem se manifesta e, as áreas de conhecimento com seus respectivos componentes curriculares é expressado pelo registro docente do quadro situacional e sua conseqüente meta pedagógica.

Então uma sistemática de avaliação e acompanhamento fora projetada, articulada e operacionalizada a várias mãos para suplementar o acolhimento holístico das vertentes educacionais, desde os documentos de vida escolar como históricos, perpassando pelos capítulos livrescos e objetos de conhecimento compositores do plano de trabalho anual, esmiuçado quinzenalmente por professores e coordenação pedagógica em tempos, espaços, recursos, métodos e avaliação, gerando à luz da trajetória escolar, os quadros indicativos de rotina diária de estudos - esse convidando os grupos familiares responsáveis a acompanhar e apoiar seus rebentos - até desembocar na construção do documento de caráter parecerista, intitulado RX Sacra (termo alusivo ao nome da escola envolvida) que tem por objetivo acompanhar os boletins para situar, sob o ponto de vista sociopedagógico, os partícipes do processo de ensino e aprendizagem sobre o quadro real de cada estudante.

OS IMPACTOS NO ECOSISTEMA EDUCACIONAL

A priori, toda e qualquer mudança proposta causa preocupação, insegurança e até desconforto, demandando apropriação para materializar o proposto. Na vivência aqui



III Simpósio Nacional de Educação e Inspeção Educativa

“Políticas públicas face à legislação educacional”

Maceió-AL

13 e 14 de dezembro de 2022

apresentada, o desenrolar da feita sistematizada, ocorreu de forma similar, pois a partir da sinalização, apresentação e orientação sobre o organograma proposto pela coordenação pedagógica, professores se entreolharam à procura do situar-se a respeito do entendimento sobre a atuação/contribuição profissional, dos reflexos e demandas previstas, do perfil sociopedagógico apontado e do compromisso com o realinhamento escolar impresso após as experiências pandêmicas. Todo este composto, fora validado apenas quando os dados gerados alcançam um entrelace revelador das possibilidades didático-estratégicas necessárias a cada estudante, otimizando assim o planejamento letivo.

A secretaria que inicialmente permitiu-se experimentar o acoplar dos documentos, compreende mais adiante que o desafio primeiro tratava do (re)convencionar, junto à comunidade escolar, a importância de valorização das habilidades e produções, identificadas como premissas para o desenvolvimento integral, em paralelo às notas e médias por estas compostas.

O envio dos documentos - quadro indicativo de rotina diária de estudos e RX Sacra - aos grupos familiares responsáveis também é um ponto crucial para descrever pois a recepção/reação destes ocorreu de modo diversificado. Enquanto uns entram em contato com a coordenação pedagógica para compreender as indicações e descrições, objetivando apropriação para contribuir de forma mais fidedigna, outros encaram os envios como algo burocrático e desnecessário ao considerarem que não são partícipes do processo de ensino. Alguns outros ignoram as evidências impressas e apontam a disponibilidade temporal como impeditivo de parceria e, por fim, um pequeno grupo credibiliza a construção documental apenas pelo fato do acolhimento favorável desempenhado por professores que ofertam serviço de apoio pedagógico.

Já os estudantes ao se perceberem descritos além das notas, expressam um movimento de compreensão do todo vivido em terreno escolar, questionando inclusive ao seu respectivo professor sobre a relação entre a nota estampada nas provas e boletim e o descritivo impresso no documento parecerista, na aparente busca de compreender e validar suas atividades, participações e produções como complexo avaliativo. Propondo, desta maneira, uma real autonomia e protagonismo em seu desenvolvimento.



III Simpósio Nacional de Educação e Inspeção Educativa

“Políticas públicas face à legislação educacional”

Maceió-AL

13 e 14 de dezembro de 2022

Uma outra vertente considerada neste fazer, é a concretização da informação documental em um formato mais objetivo e substancial sobre a vida escolar dos estudantes, promovendo um intercâmbio entre as instituições que acolher dado matriculado e evitando rupturas no processo de ensino e aprendizagem que ocorre de modo singular dentro de uma pluralidade cultural viva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A legalidade documental educacional parece figurar entre os seus partícipes como terreno pedregoso, que vislumbrado apenas de forma magistral não permite formas de caminhar múltiplas e/ou diversas. Entretanto, é sentida de forma imperiosa pelas autoras aqui presentes, a necessidade de toda a comunidade atuante na educação compreender a dinâmica dos processos legais a fim de com eles contribuir e deles participar ativamente.

As políticas públicas, resoluções, portarias e demais documentos deliberativos e normativos tomam para si a responsabilidade de orientar, validar e definir saberes e fazeres que se expandem, editam e consolidam através da práxis laboral que retroalimenta toda a engenharia necessária para desenvolver uma nação.

Por isso e por tantas outras razões socioeducacionais, o presente trabalho convida todos os atores educacionais a experimentar fazeres que dialoguem com a realidade de cada recanto na perspectiva de construir significado propositivos nos processos de ensino e aprendizagem. É possível, mas para isso é preciso desafiar o previsível.



III Simpósio Nacional de Educação e Inspeção Educativa

“Políticas públicas face à legislação educacional”

Maceió-AL

13 e 14 de dezembro de 2022

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília. MEC/CONSED/UNDIME. 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 05/03/2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf>. Acesso em: 13/05/2022.

MERCADO, Luís Paulo Leopoldo et al. (Orgs.). **Docência on-line em tempos de Covid-19: (re)significando a prática docente na Universidade Federal de Alagoas - Maceió, AL**: Edufal, 2021. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufal.br/bitstream/123456789/8508/1/DOC%C3%80NCIA%20ONLINE%20EM%20TEMPOS%20DE%20COVID-19.pdf>>. Acesso em: 13.set.2022.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE ALAGOAS, **Referencial Curricular de Alagoas**. Ensino Fundamental. Alagoas: 2019.